

O PROJETO IDEOLÓGICO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO

Edson Luiz Zanchetti da Luz

Mestrando em Geografia

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Membro do Laboratório De Geografia Das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS
zanchetti0701@gmail.com

Este trabalho foi construído a partir dos debates realizados durante a disciplina “Agricultura capitalista e conflitos no campo”, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde foram levantadas questões sobre a narrativa triunfalista da agricultura capitalista presente no imaginário coletivo. Propomo-nos a fazer uma discussão sobre os programas e conceitos “modernizantes”, desenvolvidos pelos atores hegemônicos do capitalismo mundial e disseminados sob o subterfúgio de ajuda humanitária.

Nosso estudo divide-se em três partes, de início realizaremos um rápido resgate histórico acerca da conjuntura política em que foram gestadas as compressões sobre a classe camponesa. Ainda na primeira parte e tendo como referência a obra de José de Souza Martins, “Os camponeses e a política no Brasil” (1981) buscamos demonstrar o cenário político do campo brasileiro no período que antecedeu o golpe militar de 1964.

Na segunda parte trataremos sob qual cenário e interesses foram desenvolvidos os conceitos “modernizantes” da agricultura, demonstrando de que maneira o programa “Aliança para o progresso” se desdobrou sobre o Brasil e a América Latina carregando consigo todo um aparato político e ideológico que passariam a determinar o modelo econômico de todo um continente. Na parte final discutiremos de que maneira se deu a disseminação do paradigma empresarial no contexto brasileiro a opção do Estado pelo agronegócio e quais são as ferramentas de sustentação deste modelo de agricultura.

AS LEITURAS POLÍTICAS DO CAMPO PRÉ-GOLPE 1964

Grande parte do referencial teórico sobre campesinato foi gestado na Europa durante a fase inicial do desenvolvimento capitalista, baseando-se em interpretações sobre a obra de Marx, tendo como principais expoentes Kautsky (1972) e Lênin (1980), representando a corrente marxista ortodoxa e Chayanov considerado um populista (*narodniks*) pelos Bolcheviques.

O entendimento de Kautsky (1972) e Lênin (1980), sobre do campesinato era de que estes desenvolviam uma relação “pré-capitalista” de produção, a qual desapareceria com o desenvolvimento das forças produtivas. Na visão dos bolcheviques, o campesinato por não ser uma relação tipicamente capitalista sucumbiria diante do desenvolvimento do capitalismo e sua permanência enquanto classe mascarava o antagonismo entre capital e trabalho.

Na década de 80 do século XIX, na época da luta dos marxistas contra os populistas, o proletariado da Rússia representava uma minoria ínfima em comparação com os camponeses individuais que constituíam a imensa maioria da população. Porém o proletariado estava a desenvolver-se como classe, enquanto o campesinato se desagregava como classe. E foi precisamente porque estava a desenvolver-se como classe que os marxistas se orientaram para o proletariado. E não se enganaram, já que, como se sabe, o proletariado, que era uma força pouco importante, tornou-se depois numa força histórica e política de primeira ordem (STÁLIN, I. V. 1945).

Este trecho nos revela a leitura conjuntural que Stálin realiza sobre como se dava a organização do campo de poder ainda numa Rússia Czarista no final do século XIX. Deste modo entende-se que mais do que uma análise científica sobre a realidade Russa era uma necessidade política, de modo a possibilitar o processo revolucionário.

Já na tese de Chayanov pregava a permanência do camponês, pois estes sujeitos seguiam uma lógica própria baseada na relação simples entre o trabalho e o consumo. A grande crítica que Chayanov (1986) apresenta é de que, os estudos que até então haviam sido realizados, enquadravam o campesinato em categorias que não correspondem ao seu modo de vida. Para o autor, o campesinato ia além de um setor social, fadado ao desaparecimento diante ao desenvolvimento do capitalismo. O camponês estava incluso em um outro sistema econômico que seguia suas leis próprias (LUZ, 2020).

Como sabemos a Revolução Russa foi dirigida pelo pequeno proletariado industrial e uma ampla maioria de camponeses, para que tal movimento revolucionário conquista-se êxito houve a necessidade desta aliança tática entre o campesinato e o proletariado de modo a somar forças e superar a realidade posta, todavia, a interpretação desta realidade se deu sob a ótica marxista.

Embora Marx tenha restringido o alcance de suas análises a Europa Ocidental, o que ficou evidente em carta que responde à revolucionária populista Vera Zasulitch em 1881, sua teoria serviu de base teórica para o movimento revolucionário na Rússia. Entendemos que neste momento da história, como tendo havido por parte dos líderes da Revolução de 1917 a construção de um território, ainda que imaterial, onde os sinais da inevitável decomposição da classe camponesa foram buscados nos trabalhos de Marx e Engels.

Avançando no tempo e espaço, e tendo como referência a obra de José de Souza Martins, “Os camponeses e a política no Brasil” (1981) passamos ao debate acerca do campesinato na realidade brasileira. De acordo com Martins (1981) a palavra “camponês” chega ao Brasil via importação política somente a partir de 1950, antes disto este mesmo sujeito recebe outros nomes como caipira, caiçara, tabaréu, caboclo.

A palavra vem à tona também porque é a partir dos anos 1950, que camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores.

Certamente, o que marcou e definiu as lutas camponesas dessa época foi a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, disputa apoiada nas lutas camponesas que irromperam, então, em vários pontos do país (MARTINS, 1981 p. 10).

Podemos assim interpretar este momento da história do campesinato brasileiro, como o reconhecimento por parte das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja do poder camponês e a disputa citada por Martins é pela capitulação destes sujeitos. Deste embate/disputa, forja-se uma aliança entre os católicos e os comunistas e funda-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no entanto após 1964 ao passo que se consolidam os sindicatos no campo, o PCB vai perdendo sua influência junto aos camponeses.

Martins (1981) aponta que isto não se explica apenas pela perseguição feroz movida pelos militares, mas também pela posição doutrinária a respeito da superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas (1981). O problema em questão apontado por Martins é em relação a posição doutrinária dos teóricos que interpretaram o campo brasileiro, sobretudo o lugar do campesinato na sociedade, utilizando-se de estudos sobre a situação Russa do século XIX.

Diante da afirmação de Martins (1981) de que não é possível recontar a história do campesinato brasileiro de maneira separada da luta pela tutela política do campesinato, façamos uma breve retomada da leitura política que estes atores sintagmáticos realizavam sobre o momento em questão e qual era os objetivos que estavam em jogo.

O partido comunista em 1950 com o “Manifesto de agosto”, defendia uma linha radical em relação aos problemas do campo, propondo uma união de operários, camponeses e camadas médias. No final de 1953 é reafirmado pelo Partido a confiscação das terras dos latifundiários e a entrega gratuita aos camponeses, mas nesta mesma declaração é falada de uma frente única e que as mudanças seriam realizadas por meio de eleições sem trocar as bases do regime. E no IV Congresso Comunista em 1954 ocorrem mudanças mais significativas no programa político, como a de não confiscar os capitais e empresas da burguesia brasileira. Por fim já em 1960 no V Congresso fala-se em primeiro lugar em trabalhadores rurais, deixando em segundo plano os camponeses sem terra.

De acordo com Martins esta mudança de ênfase que ocorreu no decorrer da década de 1950, mostra também a mudança de concepção sobre a “expansão do mercado interno”. É que a penetração capitalista no campo, além de aumentar o número dos camponeses ricos, faz crescer também o número de camponeses proletarizados total ou parcialmente, aumenta o número de assalariados rurais, promove a emigração para as cidades (MARTINS, 1981).

Este novo direcionamento do Partido Comunista, em preocupar-se com ampliação do mercado interno e sua política de ampla frente única, alinhava-se com os programas da Igreja e também do governo Goulart, ainda que os objetivos finais fossem antagônicos, pois inicialmente o envolvimento da Igreja com o campesinato era uma clara demonstração de frear uma revolução comunista.

No entendimento dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo. As propostas de reforma agrária, que nascem dessas interpretações são, portanto, propostas destinadas a criar uma classe de camponeses que servisse como barreira de contenção da maré vermelha. (MARTINS, 1981 p.88).

A proposta de Goulart e do Partido Trabalhista Brasileiro, para os problemas do campo também visavam o desenvolvimento econômico independente de base nacional e a extensão do populismo ao campo, elencado como um dos principais problemas do país era a elevação dos preços dos gêneros devido à oferta insuficiente de alimentos. Isso era atribuído a estrutura fundiária em que havia de um lado milhares de camponeses sem terra e de outro latifúndios improdutivos, assim a reforma agrária “[...] além de aumentar a produção de alimentos, a ampliação do mercado interno, um fluxo maior de renda no meio rural. Isso propiciaria o desenvolvimento da indústria nacional, criaria mais empregos nas cidades” (MARTINS, 1981, p. 91).

Vimos rapidamente, partindo dos apontamentos de Martins (1981) que hegemonicamente as pautas dos grupos políticos falavam em aumentar os lucros da burguesia através da ampliação do mercado interno, estratégia definida buscando desenvolver um capitalismo autônomo. Ao passo que esta posição afastava a possibilidade de uma revolução camponesa, também favorecia o aumento de lucro da burguesia nacional através dos negócios da terra, grilagens e especulações. Deste cenário apresentado, em suma podemos destacar dois pontos o primeiro é que ampliar o mercado interno era pauta de praticamente todos os grupos políticos e o segundo é de que não tivemos de fato uma organização nacional em torno de uma revolução camponesa.

De qualquer modo o desfecho destes movimentos políticos é de uma drástica ruptura de qualquer avanço conquistado, através do golpe conduzido pelos militares, mas fomentado pela burguesia nacional, intelectuais a serviço da elite e agentes internacionais, um golpe que trouxe à tona o que estava sendo tramado há algum tempo.

A ALIANÇA PARA O PROGRESSO, REVOLUÇÃO VERDE E AGRONEGOCIO

Muito antes do golpe os empresários brasileiros e norte americano organizados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), já estavam incumbidos de preparar um diagnóstico da situação fundiária brasileira e de proporem um projeto de lei de reforma agrária

do ponto de vista da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros. Este projeto constituiu o miolo do projeto de reforma agrária proposto pelos militares em 1964. (MARTINS, 1981).

O que deixa ainda mais evidente a influência estadunidense no golpe de 64 e sobretudo na política agrária implantada pela ditadura, é a declaração feita pelo Marechal Castelo Branco ao enviar tal proposta para o Congresso Nacional: (...) com essa medida o governo brasileiro honrava "os compromissos internacionais assumidos na Carta de Punta del Este" (MARTINS, 1981 p.93).

A Carta de Punta del Este trata-se de um documento produzido em agosto de 1961 no Uruguai, em que detalha o programa "Aliança para o Progresso", que surge no contexto da Guerra Fria período que aumentaram as preocupações com um possível revolução social nos países da América Latina, sobretudo após a revolução Cubana de 1959.

Esse programa (Aliança para o Progresso) foi um esforço para tratar as causas do descontentamento latino-americano, impulsionado pelas forças do nacionalismo e pelo que era conhecido como "revolução das aspirações crescentes". Reconhecia-se que havia um desejo geral de mudança econômica e social nas sociedades locais, que, caso não fosse atendida, poderia aumentar o perigo da difusão do comunismo no continente, como mostrava o exemplo cubano (RIBEIRO, 2006 p. 157).

Ainda conforme Ribeiro (2006) a "Aliança para o Progresso" foi gestada partindo da tese da convergência, que espelhava a teoria dos estágios de Rostow (1966), desenvolvida em "Etapas do Desenvolvimento Econômico", obra escrita durante o ano de 1960. Esta tese entende que o subdesenvolvimento é um estágio do desenvolvimento, um caminho a ser percorrido, analisam a condição de um determinada nação destacada do processo global do desenvolvimento capitalista.

Assim a "Aliança para o Progresso" torna-se o veículo difusor dos ideais imperialistas do EUA através da teoria da modernização, realizando uma ofensiva anticomunista sobre o continente americano e freando ímpetus revolucionários da América Latina, que buscava um desenvolvimento autônomo com fortalecimento do mercado interno através de investimento estatal.

É perceptível o viés ideológico e o objetivo geopolítico que motivou a formulação e a implantação deste programa de ajuda estadunidense para os países da América Latina. O mundo no pós-guerra vivia uma instabilidade econômica e social, a polarização política e as lutas de classe deixavam as nações na eminência de novas revoluções, desta forma era preciso buscar soluções para os problemas (do Capital).

Conforme aponta Porto Gonçalves (2004) era preciso descontextualizar o problema da miséria e da fome, a solução não estaria então no campo político e sim no tecnológico. E com este intuito de escamotear a essência dos problemas que assolavam o mundo, sobretudo os países denominados subdesenvolvidos (aqui a própria classificação em países

desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, já induz a percepção de um processo a ser vivido em busca do desenvolvimento), surgem soluções e cunham-se conceitos como a “Revolução Verde”, de amplitude mundial e que na América Latina é difundida e implementada por meio dos mesmos canais abertos pela “Aliança para o Progresso”.

A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica (PORTO-GONÇALVES, 2004 p. 8).

Aqui neste trecho o autor destaca que a expressão “Revolução Verde” foi implementada através da retórica, ou seja, um instrumento linguístico que busca convencer através da persuasão de que o que está sendo dito é verdade. Neste caso em que as bandeiras se erguiam contra a fome a miséria, e só através da revolução os problemas seriam solucionados, a ciência e a tecnologia foram propagadas como a solução e teve-se a revolução, só que não vermelha e sim a verde.

O conceito de "revolução verde" foi criado a partir da ideia de uma suposta neutralidade científica. A noção da ciência como desprovida de conteúdo político, ou seja, acima do "bem e do mal", significa que não deve ser questionada. Segundo a autora: "Apesar de a ciência ser produto de forças sociais e de seu conteúdo ser determinado por setores que podem mobilizar a produção científica, a atividade científica contemporânea recebeu a posição privilegiada de neutralidade social e política" (SHIVA, 1991 *apud* MENDONÇA, 2013 p. 97).

Assim ao invocar-se a superioridade científica colocando-a acima de qualquer julgamento moral, esquia-se de um embate direto contra as forças populares que buscavam mudanças políticas e prega-se justamente o contrário, ou seja, a ciência e a tecnologia estão do lado do povo. No entanto, quando verificamos as origens da “revolução verde” vislumbramos que este conceito, além fazer frente e buscar combater o “perigo” comunista carrega consigo também uma intencionalidade mais direta, de ordem econômica e interesse privado.

É o que vemos quando identificamos que o impulso inicial para este modelo conhecido como "revolução verde" foi dado por duas instituições privadas, as fundações Ford e Rockefeller, em colaboração com agências do governo estadunidense, principalmente USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e o Banco Mundial.

Para além disto McMichael (2000) *apud* Mendonça (2013, p. 98) identifica que essa “revolução” começa a ser gestada ainda no período da Depressão Econômica da década de 1930, onde o governo americano buscando resolver seus problemas internos restringe a importação de alimentos, subsidia a produção e dá garantia de preço de compra, medidas que geram excedentes de produtos no mercado. Este é o momento que os Estados Unidos utiliza-se do discurso de “ajuda alimentar” para impulsionar suas exportações, o próximo passo foi a instalações de empresas subsidiárias em outros países.

É também nos Estados Unidos que anos mais tarde será desenvolvido o conceito de Agronegócio (*Agribusiness*), com origem na *School of Business Administration* da *Harvard University*, com o estudo “*A Concept of agribusiness*” de John Davis e Ray Goldberg, publicado em 1957. De acordo com Mendonça (2013) o livro traz a ideia de que através do “progresso” científico aplicado na agricultura o campo estaria passando por grandes transformações e diante do aumento dos custos de produção, transporte, processamento e distribuição dos alimentos havia a necessidade de formular políticas públicas em apoio as grandes explorações agrícolas.

A principal mudança observada nas "fazendas modernas" é que deixaram de ser autossustentáveis e passaram a ter função comercial, com sua produção baseada em monocultivos. Atividades como armazenamento, processamento e distribuição dos produtos foram transferidas para outras empresas, que também passaram a produzir produtos industriais utilizados neste modelo agrícola, como tratores, caminhões, combustível, fertilizantes, ração, pesticidas, entre outros. Consequentemente, haveria uma interdependência entre estes setores, mas segundo Davis e Goldberg, até então não existia uma palavra para descrever este processo de fusão entre agricultura e indústria. Daí a proposta de se utilizar o termo *agribusiness*, pois, segundo os autores, "nosso vocabulário não acompanhou o ritmo do progresso" (DAVIS & GOLDBERG, 1957 *apud* MENDONÇA, 2013 p. 50).

Muito deste “progresso” científico a qual os autores referem-se, fazendo alusão aos novos maquinários e agrotóxicos disponíveis no mercado foram resultado de pesquisas e desenvolvimento de veículos bélicos e armas químicas durante a Segunda Guerra. As indústrias fabricantes de veículos de guerra e venenos usados como armas químicas durante os conflitos, encontraram na agricultura um novo mercado para seus produtos, assim, essas indústrias logo iniciaram uma agressiva campanha mundial para disseminar o uso destes novos produtos disponíveis.

Da maneira como os autores constroem este conceito, percebe-se a intenção de implantar a ideia de que o agronegócio (*agribusiness*), sempre esteve presente e esta nova palavra apenas atualizaria o nosso vocabulário, desta forma, estava estabelecido que o conceito de *agribusiness* representa o conjunto de setores econômicos interdependentes. Oliveira (2016) é enfático ao afirmar que “é evidente que há relações intersetoriais na economia, porém, negar as especificidades de cada um deles é negar óbvio” (p. 106). Mesmo

assim, é com base na premissa que o *agribusiness* é um grande sistema que agrega outros subsistemas em seu todo, que os ideólogos do *agribusiness* chegaram a constatação que este setor representaria entre 35% e 50% do montante da economia estadunidense em 1954.

Estes apontamentos não deixam dúvidas do viés político e econômico que estes programas e conceitos foram pensados, contudo no contexto analisado, sobretudo no período pós-guerra, a “idade de ouro da ideologia supraideológica” (Mészáros, 2004), o discurso dominante tinha como modelo ideal os Estados Unidos e o consenso era de que a solução para o subdesenvolvimento se daria através da modernização.

A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Voltamos agora para o contexto local, e passamos a verificar como se deu a expansão da “Revolução Verde” e posteriormente o conceito de agronegócio aqui em nosso país. Mendonça (2013), em sua tese de doutorado, nos traz elementos que contribuem para o entendimento desta questão.

Ross (2000) explica que a base política e ideológica para a expansão do conceito de agronegócio na América Latina ocorre através da criação da Latin American Agribusiness Development Corporation (LAAD) por empresas e pelo governo estadunidense. Esta empresa começa a ser forjada no período da Guerra Fria e coincide com a difusão do programa “Aliança para o Progresso”, estabelecido pelo então presidente John F. Kennedy, com o objetivo de frear a influência da revolução cubana na região (ROSS, 2000 *apud* MENDONÇA, 2013 p. 60).

Diante do que vimos anteriormente percebemos que estes conceitos forjados nas *think tanks* norte-americanas, são implantados e difundidos na América Latina não apenas coincidem com o programa “Aliança para o Progresso” mas compõem a essência do conteúdo que este programa carrega. Aqui mais uma vez é o interesse privado e elitista que conduz este processo e dentre as principais promotoras e financiadoras da LAAD (*Latin American Agribusiness Development Corporation S.A*) estão empresas como a Cargill, Monsanto, Caterpillar, *Dow Chemical (DowDuPont)*, *Gerber Products (Nestlé)*, *Ralston Purina* e *Goodyear* além dos bancos *Rabobank Nederland*, *Chase Manhattan*, *Bank of America*, *Girard Bank* e *Southeast Banking Corporation of Miami* (MENDONÇA, 2013 p. 61).

A fundação da LAAD que é especializada em financiar projetos do agronegócio só vai ocorrer de fato em 1972 no entanto antes disto as fundações *Ford* e *Rockefeller* já financiavam e promoviam pesquisas buscando difundir este pacote tecnológico da “Revolução verde”. Até 1974 já existiam mais de 80 universidades que ofertavam cursos em agronegócio nos Estados Unidos e pelo menos em 10 outros países, de acordo com Shiva (1991) *apud* Mendonça (2013) a concessão de bolsas de estudo para pesquisadores estrangeiros fazia parte da estratégia de difusão desta política agrícola.

Como já visto, aqui no Brasil ficou nítida a atuação direta de muitos destes intelectuais e empresários na implementação das novas políticas agrárias, que passaram a vigorar após o Golpe de 1964. Muitos dos empresários como o general Golbery do Couto e Silva, Dênio Nogueira, José Garrido Torres que integravam o IPES e participaram de prévios estudos sobre o campo brasileiro, passaram a ocupar posições de prestígio dentro do governo militar. Dentre estes destaca-se Paulo de Assis Ribeiro que passou a presidir o recém criado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), após a aprovação do Estatuto da Terra (MARTINS, 1981).

Seguindo a cartilha já previamente elaborada de acordo com os interesses da burguesia nacional e alinhado com a política econômica dos Estados Unidos, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo foi definir os termos da reforma agrária, agora não aquela que já tinha sido reivindicada pelo PCB e as Ligas Camponesas, mas “uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe” (MARTINS, 1981 p. 96).

Referente a este mesmo período, Oliveira (1996) afirma que com a elevação das taxas de produtividade diante da internacionalização da economia, as relações de trabalho transformaram-se fazendo o assalariamento no campo expandir-se em todo país. De maneira contraditória diante do desenvolvimento do capitalismo no campo, também eclodiam movimentos de luta pelo acesso à terra do Nordeste ao Sul do país.

Os governos militares procuraram “administrar” esta contradição e, ao mesmo tempo, aprofundaram-na. Reprimiram os movimentos populares e deram todo o apoio aos investimentos incentivados no campo. Transformaram, nesse processo, os grandes capitalistas nacionais ou internacionais em grandes latifundiários através do programa de incentivos fiscais da SUDAM para os projetos agropecuários na Amazônia (OLIVEIRA, 1996 p. 144).

Para além dos subsídios fiscais da década de 1970 aos projetos agropecuários, Paulino (2010) também aponta para os créditos diretos e a concessão de um enorme patrimônio fundiário, incluindo-se territórios indígenas, posses camponesas e terras públicas.

Concomitantemente vieram as políticas disseminadoras da “Revolução Verde”, apoiadas em um aporte de recursos públicos sem paralelo para a conversão a um paradigma empresarial na agricultura, e que dadas as benesses creditícias, incluindo juros negativos, foram alvo de inumeráveis desvios, de modo que parte ponderável dos recursos acabou sendo transferida para aplicações financeiras, ampliação dos bens patrimoniais no campo e na cidade, entre outros (PAULINO, 2010 p. 86).

Este aporte de recursos públicos foi de fundamental importância para a consolidação deste novo Paradigma para interpretação do campo, deste modelo de desenvolvimento adotado pelo País. Com o qual o camponês foi colocado diante de um impasse ou buscava

a entrada neste modelo de produção propagado pela “Revolução Verde” ou seria empurrado cada vez mais a margem dos processos produtivos.

Diante do que vimos anteriormente percebemos que essa opção do Estado pelo agronegócio trata-se mais do que um projeto econômico, mas sobretudo um projeto político e ideológico. Um ajuste do modelo econômico brasileiro em busca de maior inserção na lógica do mercado global e a propagada modernidade que seria levada ao campo nada mais era do que uma necessidade criada pelo capital através de seus atores hegemônicos, buscando promover o consumo de insumos e máquinas produzidas industrialmente.

É importante lembrar que a agricultura comercial praticada no Brasil, já de início é vinculada ao mercado global. Mas é a partir da segunda metade do século XX que ocorre o aprofundamento desta inserção, sobretudo a partir dos governos militares que inauguram uma situação que Oliveira (2006), referindo-se ao mecanismo de crescimento da dívida pública brasileira, chamou de “o cachorro correndo atrás do rabo”, pois diante do modelo agrário adotado baseado na exportação de *commodities*, quanto mais se exportou mais se pagou de dívida.

Com os governos militares pós 64, teve início, portanto, do processo de inserção maior do Brasil no capitalismo internacional e com ele, o processo de crescimento da dívida externa. Era necessário aumentar as exportações para pagar os juros da dívida. Aliás, em 1964, ela era de 2,5 bilhões de dólares e em 1.984, era de 102 bilhões de dólares. Cabe salientar que, entre 1981 e 1984, foi pago pelo governo militar 30,7 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, pouco mais de 30% de seu montante (OLIVEIRA, 2004 p. 123).

O autor nos explica de que maneira este mecanismo funciona e como dentro do atual modelo agroexportador há a necessidade de uma contínua expansão do plantio de *commodities* agrícolas em detrimento a alimentos para consumo interno. O país fez e continua tomando empréstimos para ampliar sua produção, para saldar a dívida é preciso exportar e sujeitar-se aos preços internacionais. Como os preços das matérias-primas têm baixado, o país precisa ampliar a produção para saldar o débito, volta-se então ao início do processo, tomando mais empréstimo e, conseqüentemente, a dívida só aumenta e o valor dos produtos no mercado mundial tende a cair, pois a oferta é cada vez maior (OLIVEIRA, 1996 p. 22-23).

Mas para que este modelo produtivo agroexportador pudesse avançar cada vez mais sobre o território nacional, antes era preciso que este paradigma da agricultura empresarial se tornasse hegemônico, este respaldo da opinião pública como vimos foi facilitado pela ação direta do Estado, através de políticas públicas e incentivos fiscais, pela ação de grandes empresas e organismos internacionais difundindo as vantagens desta “modernidade” no campo, financiando campanhas publicitárias, estudos dentro das universidade e órgãos de

pesquisa. Todo este aparato, serviu em primeiro lugar para despolitizar o campo e aos poucos construindo no imaginário social um inevitável caminho único em direção ao futuro.

Porém ao voltarmos os olhos a realidade do campo brasileiro, constatamos que o campesinato e outras relações não capitalistas continuam a se fazerem presentes. Oliveira (2007) nos explica que isso se deve as contradições do modo de produção capitalista que necessita da criação e recriação de relações não capitalistas de produção pra desenvolver-se no campo. Contudo esta leitura acerca da realidade que se dá a partir do Paradigma da Questão Agrária, é minoritária, o campo brasileiro majoritariamente é interpretado sob a ótica do Paradigma do Capitalismo Agrário (Fernandes, 2013) que não vê o campesinato e sim o agricultor familiar, agricultores plenamente integrados ao mercado.

De acordo com Fernandes (2013) é no início dos anos 1990 que o conceito de agricultura familiar vai ser construído em oposição ao de camponês, seguindo a lógica “modernizadora” do campo, o camponês era o sujeito atrasado que não encontra mais lugar dentro desta nova conjuntura, já o agricultor familiar é parte do agronegócio.

Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (FERNANDES, 2013).

No entanto, ainda que a agricultura familiar seja concebida como parte da totalidade e que as desigualdades existentes na agricultura podem ser superadas pelas políticas de integração ao mercado, o que vemos ao analisar o repasse de investimento público ao setor agropecuário é uma clara distinção entre a agricultura familiar e agricultura capitalista.

Como nos mostra Sampaio, Girardi e Rossini (2020) ao fazerem um levantamento sobre o Plano Safra 2016-2017 visualizando que o montante de 217.7 bilhões dividiu-se em:

187,7 bilhões (86,2%) para a agricultura capitalista e 30 bilhões (13,8%) para a agricultura familiar. A porcentagem de recursos para a agricultura familiar é inferior à proporção do valor da produção gerado por ela em 2017 (23%) e também inferior à proporção das terras que detinha no mesmo ano (também 23%). Ao contrário, para a agricultura capitalista os recursos (86,2%) são superiores a sua participação no valor da produção e na área detida em 2017 (ambos de 77%) (2020 p. 11).

Através deste exemplo em que os autores constatam que a produção da agricultura capitalista é mais beneficiada pelos recursos públicos e mais dependente do que a agricultura familiar, também é possível ver de maneira clara a forma desigual que são tratadas as diferentes classes do campo brasileiro e a opção do Estado pelo agronegócio. No entanto esta separação entre a agricultura patronal e agricultura familiar continua difusa perante aos olhos da opinião pública, muito disto se deve ao que já tratamos anteriormente sobre a ação

de grandes empresas atuando dentro e fora dos organismos estatais que há décadas vem construindo a noção de um campo harmônico e homogêneo.

A conquista da opinião pública decorre também da falsa percepção de que os benefícios que o agronegócio traz para o país são tamanhos que todos os esforços para fortalecer este setor seriam justificados. Este inflacionamento da capacidade produtiva e do alcance do agronegócio é chamado por Pompeia (2020) de “hiper-real”, e de acordo com o autor, isto é um componente basilar do aparato de legitimação que agentes políticos do agronegócio se utilizam para conquistar apoio as suas reivindicações.

Pompeia (2020) também afirma que as estatísticas macroeconômicas como o PIB, balança comercial, geração de empregos, ocupam lugares centrais neste aparato. Vimos quando tratamos da formulação do conceito de *agribusiness* na década de 1950, que já naquele momento os ideólogos deste conceito afirmavam que este grande sistema representava mais de 35% da produção econômica dos Estados Unidos. E é com base nestas premissas que atuam os propagadores do agronegócio no Brasil, quando calculam que o “PIB do agronegócio” em 2017 compreenderia 21,6% do total do PIB do Brasil” (POMPEIA, 2020).

Dentro deste aparato legitimador exposto por Pompeia (2020), a participação do campesinato tem destaque, pois seus resultados, como a geração de empregos que representa 70% do setor agrícola, a geração de renda que agrega em um terço no total do setor, são apropriados no discurso totalizador do agronegócio o que é massivamente reforçado por pelas campanhas publicitárias “o agro é tudo”, no entanto quando trata-se do orçamento para a agricultura a classe camponesa não tem voz no cenário político, ou seja o que ocorre é a apropriação de uma produção “invisível”.

Sobre esta questão, Oliveira afirma se tratar de uma “verdadeira luta de classes na teoria”, pois enquanto o IBGE a longa data calcula o PIB Brasil através da metodologia derivada do economista Colin Grant Clark, o “PIB do agronegócio” é calculado pelo Centro de Estudos avançados em Economia Aplicada da ESALQ/USP (CEPEA) encomendado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e que de acordo com o autor realiza uma “matemagia”, pois são somados os dados da indústria e dos serviços àqueles da agropecuária, transmitindo essa ideia de grandeza do agronegócio (2016 p. 108).

O agravante disto é que os dados utilizados pelo Ministério da Agricultura são aqueles calculados pelo CEPEA, ou seja, é o interesse privado que financiam os dados para as políticas econômicas e agrícolas aplicadas pelo Estado. Aqui novamente verificamos como o Estado brasileiro tem sido apropriado pela classe dominante que utiliza da estrutura pública para produzir uma “ciência” de acordo com seus interesses e disseminar a ideologia do agronegócio como o alicerce da economia brasileira, o que só aprofunda as desigualdades internas e condena um país a viver sob os ditames do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou inicialmente de que maneira as lutas camponesas que sacudiram o país, sobretudo a partir de 1950, fazendo soar as sirenes de emergência do imperialismo estadunidense. O contexto da Guerra-fria e a recente revolução de Cuba ameaçavam a soberania norte americana no ocidente, e mesmo que o Partido Comunista ao longo da década de 1950 tenha alterado seu programa político, passando de uma linha radical, deixando a pauta camponesa em segundo plano e alinhando-se com os projetos reformistas da Igreja, do governo Goulart. Ainda assim ocorreu o Golpe de 64, denunciando que Brasil era um grande trunfo geopolítico para os Estados Unidos e diante da possibilidade de um projeto de desenvolvimento autônomo e popular a solução era obter o controle por meio militar.

No entanto esta intervenção estadunidense no Brasil e na América Latina, em um primeiro momento chega através de uma ajuda humanitária, é o que vemos quando tratamos sobre a formulação do conceito de “Revolução Verde”, onde a tecnologia desenvolvida durante a Segunda Guerra passa a ser aplicada no setor agrícola, invocando a “neutralidade” da ciência em prol de solucionar a miséria e a fome, sendo que na essência disto estavam a busca pela resolução da economia interna dos EUA e a consolidação da posição hegemônica no mercado mundial. Assim ficou nítido que o *Agrobusiness* se trata muito mais de um conceito político-ideológico do que uma atualização do vocabulário como justificou Davis e Goldberg em 1957.

Por fim voltamos tratar da realidade brasileira e de que maneira o interesse privado atuando dentro e fora do Estado, contribuiu para que estes conceitos fossem implantados aqui sob a premissa de modernizar o campo o que aprofundou a economia nacional na lógica do mercado capitalista global. Entendemos também que a aprovação do estatuto da terra na verdade foi um mecanismo para silenciar os conflitos que ocorriam, não mudou a estrutura agrária, e sim, contribuiu para o rentismo no campo. Caminhando para o período mais recente vimos como a classe camponesa permanece presente na atual realidade, a forma como estes sujeitos mesmo invisíveis perante o paradigma hegemônico, tem seus resultados apropriados pelo capital e reforçam os aparatos de legitimação do agronegócio.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Presidente Prudente. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de João Antunes. Porto: Portucalense, 1972.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LUZ, E. L. Z. da; ROOS, D. Resistência camponesa e óbice à organização política coletiva dos avicultores integrados à Copagril em Marechal Cândido Rondon – Paraná. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 31, p. 143-177, 1 jun. 2020.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENDONÇA, M. L. R. S. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de Agronegócio**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo – São Paulo, 2013.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e no agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, V. 2, nº 21, 2003. p. 113-156.

OLIVEIRA, A. U. de. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: Feitosa, Antônio Maurílio Alencar, *et all* (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura a reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

PAULINO, E. T. Alimentos e mercados: uma questão geopolítica e de classes. **Revista Formação**, Nº 14, V. 1, 2010. p. 167-185.

PORTO GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires, CLACSO, 2002. p. 217-256.

RIBEIRO, R. A. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, Nº 30, 2006. p.151-175.

SAMPAIO, M. A. P; GIRARDI, E. P; ROSSINI, R. E. A “expansão do agronegócio no Brasil”: um dossiê composto por olhares diversos. **Confins**, Nº 45, 2020.

STÁLIN, I. V. **O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**, Horizonte. Rio, 1945. Disponível em <http://www.encurtador.com.br/jJ238>. Acesso em janeiro 2021.